

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

VICTOR BRITO DA SILVA

**A DIVERSIDADE SEXUAL NO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DA UFBA**

**SALVADOR
2022**

VICTOR BRITO DA SILVA

**A DIVERSIDADE SEXUAL NO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DA UFBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

SALVADOR

2022

AGRADECIMENTOS

O Serviço Social nunca foi minha primeira escolha de curso, mas fui surpreendido ao estar nele e ele me escolher e criarmos uma relação de amizade e conseqüentemente amor muito forte, no começo foi bem difícil e digo que até hoje é uma grande desconstrução de paradigmas e barreiras que travamos lado a lado.

Queria agradecer primeiramente a Deus por escutar meus pedidos e colocar todas as pessoas, que irei agradecer aqui, em minha vida. Começo por minha Mãe, Claudice Alves da Silva Santos, uma das mulheres que mais me inspira e que sempre ficou no meu pé para os estudos, me moldou como ser humano em sociedade e me deu todo amor possível, todo apoio para que eu continuasse essa jornada que chamamos de vida.

Logo depois agradeço ao meu outro grande amor, minha avó Josefa Alves da Silva, aquela que foi mãe duas vezes também me criando e minimizando as dificuldades que temos nesse mundo com bastante braveza e doçura ao mesmo tempo, mulher da roça com muita luta e história para contar, todas elas deixavam as coisas delas em segundo plano para que eu reinasse em primeiro e sou eternamente grato.

Não saindo do campo da família agradeço também ao meu tio Iranil Campos do Santos que é um pai para mim, que também sempre dialogou comigo sobre a vida e estudos, também não posso deixar de fora minha irmã de coração Cleo Aimê Silva Santos, minha pirralha que criamos um grande laço de irmandade e que sempre me apoia mesmo eu sendo mais velho. Não posso deixar de fora minha tia Claudine e seu filho Gilton Neto meu primo que estiveram comigo nessa jornada da forma deles, mas se fazem sempre presentes.

Agradeço ao outro amor da minha vida, meu atual namorado e futuro marido Rennan Arthur Ferreira da Silva, que esteve sempre ali colado comigo me dando todo suporte e amor para a criação desse trabalho de conclusão de curso, sempre ao meu lado me dando toda força possível para que eu conseguisse concluir mesmo com todas as adversidades de um universitário que trabalha em Shopping Center.

Agradeço também a minha companheira de vida e grande amiga Stella Marys Sales de Souza que acompanhou boa parte do processo na Universidade e que dividiu comigo a morada como também algumas matérias e que sempre me deu suporte nessa jornada da vida.

Agradeço também ao meu amigo irmão de infância Abílio Azevedo Filho e sua esposa Cibelle Ato por estarem comigo mesmo que de longe nessa empreitada da vida.

Não menos importante agradeço as/aos minhas/meus grandes amigas/os tanto de vida como de Universidade e conseqüentemente da vida também Íris Priscila, Rodrigo Almeida, Maynara Cerqueira, Ariane Pereira, Yuri Conrado, Itana Lua e Juliana Dias todas(os) elas (eles) contribuíram de alguma forma para eu estar aqui escrevendo esse trabalho de conclusão de curso e estão sempre em meu coração.

Por último e não menos importante minha grande orientadora Adriana Férriz, ela tem papel fundamental em todo processo desse TCC, seja na questão de orientação, como também de força e suporte em toda a jornada, e claro, por nunca desistir de mim e em toda aula dizer o quanto acreditava na entrega e apresentação do TCC, deixo aqui minha profunda gratidão e admiração por essa mulher tão forte e sábia.

Claro que não poderia deixar de mencionar minha supervisora de Campo Lurdinha e minha supervisora acadêmica Joyce que fazem parte dessa história e me mostraram caminhos e vivências que eu nunca pude imaginar em passar e que só fizeram meu amor por Serviço Social aumentar.

Deixa também minhas menções honrosas a todos os pacientes do Complexo Hospitalar Hupes que também contribuíram para muitas indagações e trocas de vivências como também quebra de paradigmas da vida, principalmente em relação a pessoas que vivem com HIV/Aids alguns não se encontram mais em vida e outros acredito estarem seguindo suas vidas com todos os avanços que a vida tem proporcionado para viverem saudáveis.

Deixo aqui também em memória uma menção ao meu pai que se foi tragicamente em 2016 e que não pode participar de processos tão importantes pra mim, mas que acredito que se tivesse vivo poderia trilhar juntamente comigo coisas muito importantes.

Por fim queria deixar mais uma memória de alguém que não se faz mais presente em vida, mas que participou e sempre foi um querido quando me via ou estávamos em aula e que também aparece nesse trabalho de conclusão de curso com o trabalho que apresentou lindamente em vida, o querido Raymundo de Oliveira que nos deixou mas que se faz presente de alguma forma com seu legado.

SILVA, Victor Brito. **A diversidade sexual no curso de Serviço Social da UFBA**. 2022. 42 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal da Bahia, 2022.

RESUMO

O Presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) visa evidenciar a importância da temática da diversidade sexual e pessoas LGBTQIA+ no curso de Serviço Social, mais especificamente no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O objetivo geral deste trabalho foi analisar a presença da discussão sobre a diversidade sexual na formação do profissional de assistentes sociais em no curso de Serviço Social da UFBA em Salvador (BA). Os objetivos específicos trabalhados aqui foram: 1] analisar se as ementas das disciplinas obrigatórias do curso de Serviço Social da UFBA contemplam a temática da diversidade sexual; 2] identificar e analisar de que forma a temática da diversidade sexual aparece na produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos (as) discentes do curso de Serviço Social da UFBA. A metodologia utilizada foi fundamentada na pesquisa de natureza documental do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFBA, das ementas e programas das disciplinas obrigatórias e de Trabalhos de conclusão de curso (TCC). Conclui-se que muito ainda deve ser feito para que a temática da diversidade sexual tenha mais visibilidade no curso de Serviço Social da UFBA, uma discussão tão atual e que possui uma vasta amplitude na sociedade e que consequentemente estará atrelada a vivência profissional do Assistente Social e que deve ser amplamente discutida, porém, ainda, são poucos debates travados no curso, tanto nas disciplinas quanto nos TCCs dos discentes.

Palavras-chave: Diversidade Sexual, LGBTQIA+, Serviço Social, UFBA, TCC, LGBTQIA+fobia, Direitos Humanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SEXUAL.....	11
2.1 LGBTQIA+FOBIA UM PROBLEMA ESTRUTURAL.....	14
2.2 HISTÓRIA E LUTA PELA DIGNIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+.....	17
3 A DIVERSIDADE SEXUAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFBA.....	22
3.1 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA	26
7 A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA.....	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser social e precisa estar em contato com seus semelhantes e formar associações. Ele se completa no outro. Somente da interação social é possível o desenvolvimento de suas potencialidades e faculdades. Ele precisa buscar no outro as experiências ou faculdades que não possui e, mais, há a necessidade de passar seu conhecimento adiante. Dessa interação, há crescimento, desenvolvimento pessoal e social, somos indivíduos diversos, logo, ser um cidadão e Assistente Social demanda conhecer toda essa diversidade, para que na prática de nossa profissão não seja infringido nenhum direito.

Com essa premissa que será tratada no presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a diversidade sexual na formação em Serviço Social no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Por perceber o quão diverso que o ser humano é, e por ver que cada um é único e merece uma atenção especial a sua especificidade eu percebi nesses anos no curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia o quanto é defasada a discussão da diversidade sexual e o tratamento adequado a pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans/Travestis, Queer, Intersex, Assexuais e outros) em nosso curso, já que em nosso fazer profissional se lida com as particularidades do ser humano, inclusive no quesito da diversidade sexual.

Quando comecei o curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia e no decorrer da minha formação notei a falta de representatividade na discussão da temática da diversidade sexual. Minha inquietação foi aumentando ao ingressar minha experiência em estágio supervisionado e vivências no campo de estágio curricular não obrigatório no COM-HUPES (Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos) onde tive oportunidade de estar frente a frente com pessoas diversas e que em sala de aula não me foi dado o devido preparo para lidar com esses indivíduos e foi onde me dei conta que a profissão de Assistente Social abrange tantas camadas de pessoas, como idosos, crianças, negros, mulheres, LGBTQIA+

que somente em campo e na atuação da profissão nos deparamos com essa diversidade de pessoas.

É de extrema importância o tratamento de maneira específica para cada tipo de indivíduo, e isso consegui compreender nessa vivência no estágio, decidi focar no público LGBTQIA+ pois na minha ala hospitalar que era de infectologia, conheci muitas pessoas que fazem parte dessa sigla e por me familiarizar com tema decidi desenvolver esse tema mais a fundo neste trabalho de conclusão de curso.

A premissa desse trabalho é o enfoque na diversidade sexual em pessoas LGBTQIA+ mais especificamente como a temática da diversidade sexual aparece no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, tanto nas disciplinas obrigatórias quanto nos trabalhos de conclusão de curso dos discentes.

Destaca-se a relevância em discutir a temática da diversidade sexual no curso de Serviço Social da UFBA para que surjam cada vez mais diálogos pertinentes ao assunto e que sejam trazidos em pauta na sala de aula e fora dela porque engloba os futuros Assistentes Sociais, alunos(as) em formação, que já sairão atentos a essas demandas da diversidade e usuários que serão atendidos por esses Assistentes Sociais que por consequência chegarão com uma nova intervenção condizente com a atualidade e com as múltiplas expressões da questão social.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a presença da discussão sobre a diversidade sexual na formação do profissional de assistentes sociais em no curso de Serviço Social da UFBA em Salvador (BA). Os objetivos específicos trabalhados aqui foram: 1] analisar se as ementas das disciplinas obrigatórias do curso de Serviço Social da UFBA contemplam a temática da diversidade sexual; 2] identificar e analisar de que forma a temática da diversidade sexual aparece na produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos (as) discentes do curso de Serviço Social da UFBA.

A metodologia utilizada foi fundamentada na pesquisa de natureza documental do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFBA, das ementas e programas das disciplinas obrigatórias e de Trabalhos de conclusão de curso (TCC). O processo exploratório da pesquisa foi iniciado com a identificação de referências e contribuições teóricas sobre o tema estudado.

Em seguida, foi analisado todo Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFBA, como também a produção dos discentes da UFBA, o livro ata com os títulos dos TCCs defendidos no período de 2012.2 até 2021.2.

O presente TCC está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo é a introdução. O Segundo capítulo pretende conceituar e exemplificar Direitos Humanos e Diversidade Sexual, principalmente no contexto brasileiro.

Nossa sociedade possui diversos problemas enraizados que são perpetuados por gerações, a LGBTQIA+fobia é um deles, com isso será pertinente a análise que será feita para explicar o porque da fobia contra LGBTQIA+ ser um problema estrutural para logo depois permear uma linha temporal sobre a história e luta dos direitos LGBTQIA+. No terceiro capítulo apresenta-se o resultado da pesquisa que teve como foco o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFBA. Por fim, o quarto capítulo traz as considerações finais do trabalho.

2 DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SEXUAL

A sociedade já passou por eras, e com elas cada vez mais o lado primitivo é deixado para trás, viver em sociedade é viver com o diferente, com o novo e para isso o respeito ao outro deve ser primordial, infelizmente ainda reside em alguns indivíduos esse lado primitivo em que viver com o diferente é algo inaceitável, minorias são extremamente atacadas e perseguidas só pelo ato de resistência de viver e para proteção de todos e dado o devido valor a vida humana, normas, valores são criadas e determinadas para que direitos possam ser usufruídos.

Segundo texto do site Politize, valores e normas são fatores fundamentais para que possamos viver em sociedade. Os valores são as concepções e crenças ligadas à questão comportamental de uma sociedade, que são transmitidas e desenvolvidas em um longo processo de socialização e interação até se tornarem características daquele grupo.

Já as normas podem ser definidas como as regras que uma sociedade deve seguir, ditando o que deve ou não deve ser feito em determinada circunstância.

Percebe-se que somos seres humanos que vivem com base em normas e valores na sociedade e mesmo com diversas falhas na atualidade pensamos o quão longo foi o caminho percorrido na história para chegarmos em uma dita harmonia para com o outro, o respeito a vida humana, por exemplo, é algo indissociável as pessoas, sem ele retornamos a tempos obscuros onde valores e normas não existiam e a lei do mais forte imperava.

Logo, para evitar tempos sombrios de nossa sociedade, em que a vida humana era algo trivial e primitivo é preciso do conjunto de normas, valores, consciência, evolução, e esse conjunto é denominado Direitos Humanos, direitos inalienáveis que todos temos somente por existir. É importante salientar que mesmo sendo universal, tudo varia de país para país, por diversos quesitos e fatores, principalmente a cultura local.

No contexto brasileiro, ainda é recente o tratamento aos direitos humanos, visto que deixamos de ser um país que escravizava negros e índios de certa forma, a "pouco tempo", marcas que herdamos de um país

extremamente colonial e desigual, o que não se difere muito de atualmente já que ainda existem pessoas que trabalham ilegalmente em situação análoga a escravidão.

A situação do Brasil em relação aos Direitos Humanos muda com a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como constituição cidadã pelos diversos avanços e defesa de direitos do povo brasileiro, onde segundo o Art. 5º, caput, da Constituição Federal de 1988 que afirma que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL, 1988, p. 1).

Mesmo sendo algo constitucional, muitos desses direitos são violados no Brasil e no mundo. Somos seres individuais, porém, diversos e que precisam de interações para sobreviver em sociedade, de uma certa forma essa diversidade faz o ser humano se encontrar e se identificar em "setores" sociais, de religião, de cultura, de estilo, linguísticas como também sexuais, esses "setores" definidos como pessoas que tem particularidades que se assemelham as suas, e por consequência ajuda no entendimento de como lidar com a vida e sua própria trajetória.

Segundo Felipe Rosa Muller muito se sabe que a diversidade sexual e afetiva acompanha a humanidade no decorrer da sua evolução. De maneira alguma, uma doença, vício, pecado, perdição ou qualquer outro elemento humilhante e preconceituoso de justificação. Orientação sexual, gênero e sexualidade devem ser encarados como o que realmente são: algo normal.

Em particular a diversidade sexual, seriam pessoas que se diferenciam por não estar em um padrão, aquele aceito majoritariamente e que foi pautada a nossa sociedade, no caso, a heterossexual, de pessoas que se relacionam com o mesmo sexo, pessoas que possuem outras orientações sexuais.

Como podemos ver nessa colocação de Santos (2017) em que pontua que "assim, numa análise centrada na totalidade social, embora a sexualidade humana seja algo próprio da individualidade, posto que somente nesta dimensão, as experiências e sentimentos são vivenciados, esta individualidade se constrói e só pode ser entendida nas trilhas do processo histórico." e nesse

mesmo trecho ela traz Lessa (2012) para dar norte a seu ponto de vista, onde ele diz [...] a história humana não é a evolução biológica do homo sapiens - é a história de como as relações sociais se desenvolveram para, com um esforço cada vez menor, transformar a natureza naquilo de que se necessita. Este desenvolvimento é, articuladamente, o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. Como não há sociedade sem indivíduos, nem indivíduos fora das sociedades, também não há desenvolvimento social que não interfira no desenvolvimento dos indivíduos. E analogamente, não há desenvolvimento dos indivíduos que não tenha algum impacto sobre o desenvolvimento social (LESSA, 2012, p. 16).

A diversidade sempre esteve presente na sociedade, e sempre necessária para a evolução da mesma, como exemplificam os autores nos trechos citados anteriormente. A diversidade, principalmente a sexual traz a tona o processo histórico de perseguição e luta pela aceitação como também na luta por inclusão de direitos para pessoas vistas como diferentes e anormais.

E mesmo com a globalização e acesso à informação atual é ainda significativo o preconceito, inviabilização de direitos, perseguição e falta de conhecimento com essa pauta da diversidade sexual, como exemplifica Santos (2017, p. 13)

a institucionalização da violência e de violação dos direitos referentes ao não reconhecimento da diversidade sexual. Os ambientes do trabalho, da educação, da saúde, da família, de lazer, transporte, todos se revelam permeáveis à LGTBfobia.

Ou seja, um dos pontos da perseguição que tem como resposta algo que a autora também exemplifica e é algo que se tornou importante e necessário ao longo da história, segundo Santos (2017, p. 13),

movimentos políticos (atos, paradas, articulação de indivíduos e grupos nas redes sociais) tendem a se multiplicar. As interpretações teóricas sobre a diversidade sexual também ganham estatuto de legitimidade acadêmica e as manifestações políticas apesar de denunciarem o conservadorismo vigente nos dias atuais, de modo

prevalecente, não se referem às relações sociais do mundo do capital.

É com o misto de manifestações e expressões da diversidade sexual que a passos de formiga, porém com avanços que essa temática ganha visibilidade e legitimidade, inclusive da grande mídia e meios de comunicação no geral, para que pessoas tenham seus direitos e liberdade plena, que são severamente caçados por indivíduos contrários a essa tal liberdade, pessoas que discordam e abominam essa forma plural e diversa, que vem de nascença, de viver.

A problemática do avanço dos direitos humanos em relação a pessoas LGBTQIA+ ser dada a passos de formiga, ou seja, pequenos passos, também é por conta que em alguns países, se encontrar em uma dessas siglas, fazer parte dessa comunidade, é crime, como podemos ver com a autora Fachini (2018, p. 05) em seu texto diz que

[..] 72 países ainda existem leis que criminalizam relações homossexuais e expressões de gênero e que apenas um terço das nações contam com legislação para proteger indivíduos da discriminação por orientação sexual e cerca de 10% têm mecanismos legislativos para proteger da discriminação por identidade de gênero.

No Brasil, é extremamente precária tanto a produção de conteúdo que conscientize e faça discussões de formas mais abrangentes nesse parâmetro de conhecimento sobre a temática LGBTQIA+, mas também não só sobre a produção, mas também a falta reconhecimento do indivíduo que faz parte dessa comunidade em questão criando desconhecimento dos mesmos em relação aos seus direitos por ser LGBTQIA+. Vale salientar que muitas produções geralmente são sobre pessoas que vivem com HIV/AIDS algo que estigmatiza a comunidade por anos ligada a doença pela sociedade que os marginalizam e a LGBTQIA+fobia, que é a aversão a qualquer pessoa que é inserida nessa sigla.

2.1 LGBTQIA+FOBIA UM PROBLEMA ESTRUTURAL

A pluralidade social pode ser vista e vivida em amplos cenários, em amplos sujeitos que é o que faz parte de nossa construção social. Porém, ao mesmo tempo em que vivemos nessa sociedade dita anteriormente como

diversa, também habitamos em uma comunidade dita heteronormativa (termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas). Desta forma, verifica-se que a orientação sexual hetero é aceita e vista com normalidade, tendo tudo aquilo que foge da chamada "normalidade", é marginalizado - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

Cohen (2005) importante cientista política americana, define a heteronormatividade como a prática e as instituições "que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e 'naturais' dentro da sociedade".

Já Chauí (1984) aponta que a repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, sobretudo a orientação heterossexual, no qual é fundamentada em valores culturais que se perpetuam, através de dogmas cristãos, culturais e morais. Ou seja, tudo aquilo que foge ao "natural" é demonizado.

Ademais, todo envolvimento relacionado a gênero, "homens vestem azul", desempenham papéis na sociedade de comando, são os que nutrem a casa, papéis patriarcais e, mulheres "vestem rosa", cuidam da casa, dos filhos, são maternais, comportadas, leis aos homens se definem como papéis de gênero que se assemelham em alguns aspectos a sexualidade, porém vale enfatizar que gênero e sexualidade são coisas distintas, como exemplifica esse trecho do GDE, Mod. 2, Gênero, Um. 1 Texto 2, Gênero e outras formas de classificação :

Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas (CHAUI, 2009, p. 3).

Além disso são papéis heteronormativos que definem a sociedade atual como um todo, desde a escola, perpassando por gerações. É a partir do nosso segundo convívio social (família o primeiro), o ambiente escolar, que

essas diferenças são legitimadas em nossas vidas, a partir daí quando saímos do dito "normal", meninos gostando de coisas ditas de meninas e vice versa, somos taxados de algo que ainda nem nos foi apresentado, a sexualidade.

Reiterando que tudo que foge a normalidade é tratado de forma marginalizada, pejorativa e preconceituosa muitas crianças que não se adequam a essa heteronormatividade sofrem bullying (prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas) esse tipo de preconceito tem tanto impacto na vida dessas crianças causando danos permanentes em sua personalidade, tudo por um modelo patriarcal e conservador enraizado nas famílias e passado para seus descendentes, que perpetuam tal comportamento, pois é de tais ambientes que a discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais nasce, essa aversão ao diferente.

Diante dos fatos mencionados anteriormente é de extrema necessidade a quebra desses paradigmas com a inserção do diálogo no ambiente escolar e familiar e constante debate para o rompimento, mesmo que gradativo e a passos lentos desse conservadorismo, corroborando com o pensamento de Freire (2004): à diversidade devem ser dados a passos largos para que os preconceitos possam ser discutidos por todos a fim de sua supressão em sociedade.

Lidar com o dito diferente, é lidar com o poder hegemônico heteronormativo da sociedade, a luta do público LGBT para ter respeito e serem tratados com equidade é um direito inerente ao ser humano previsto no Art. 5º, caput, da Constituição Federal de 1988 que afirma que

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL, 1988, p. 1).

Nesta senda, inclusive, há previsão normativa (Art. 7º) na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que também reafirma a ideia de que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei”. Assim, todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Dessa maneira Michel Foucault (1993, p. 88-89) em "História da Sexualidade I: A Vontade de Saber" defende que:

Dizendo poder, não quero significar 'o poder', como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem as constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

Em outras palavras, é essa luta diária do público LGBTQIA+ contra a homofobia “termo usado para identificar as diversas formas de rejeição ou aversão ao (à) homossexual e à manifestação da homossexualidade” (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA p. 1) e contra esse poder hegemônico heteronormativo que reforça a importância dessas pautas para a quebra de uma construção social heteronormativa e conservadora, da sociedade, para uma maior aceitação e perpetuação do respeito e conhecimento do diverso, da diversidade em si, aplicada no dia a dia.

2.2 HISTÓRIA E LUTA PELA DIGNIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

A luta de pessoas LGBTQIA+ avança, mesmo com todos os obstáculos que a sociedade impõe para que essas pessoas não gozem dos seus direitos, algo inerente ao ser humano, direitos esses que mesmo sendo constitucionais foi e é constantemente negado e arrancado durante o evoluir da humanidade.

Para isso, façamos uma análise do tempo, na antiguidade, por exemplo, constam relatos, mesmo que não tão evidentes de que relações entre pessoas do mesmo sexo não era algo abominável e condenável, indo do antigo Egito, a povos mesopotâmicos, gregos e todos os povos que integram os povos antigos

indo até a Idade Média e a partir daí já na Alta Idade Média onde começa a aversão e perseguição a pessoas que tinham relação com o mesmo sexo. Como exemplifica Eskridge (1993, p. 1469).

É por volta do século XIII que as uniões homossexuais começam a ser combatidas, sobretudo com as leis que tornaram a prática da sodomia ilícita. A Igreja teve relevante papel nessa mudança, sendo protagonista na perseguição a pessoas que tivessem condutas *invertidas* - o que se chama atualmente, embora nem sempre com o mesmo preconceito, de condutas homossexuais. (ESKRIDGE, 1993, p. 1469)

Como muitas normas e condutas do que era certo e errado, ruim ou bom vieram da igreja católica na idade média com a homossexualidade não foi diferente, algo tolerável e comum se tornou algo abominável e errado perante a igreja, conseqüentemente para as pessoas que seguiam as normas dela tendo somente a relação de pessoas de sexo diferente o certo a ser seguido, tudo que fugisse dessa norma não era correto, segundo Adelman (2000, p. 164)

Essa mudança de atitudes decorreu de pesado "investimento histórico" feito pelas instituições religiosas sobre um "tipo de sexualidade: aquela que permite a organização social a partir de um determinado tipo de família, baseada num casal heterossexual e monogâmico e que restringe ou privilegia a prática sexual orientada para a procriação.

Segundo a própria igreja, ela era espiritualmente contra pois desse tipo de prática não se obtinham "frutos" ou seja, filhos, a procriação propriamente dita, que é algo que ela valoriza para a perpetuação de seu dogma com a família tradicional que desde sempre foi imposta como certa e indivisível entre homem e mulher.

Observa-se que a partir daí em diante, todos(as) aqueles que fossem de encontro aquela ordem de homem e mulher unidos pelo matrimônio eram perseguidos e mal vistos pela sociedade que ia se formando.

Períodos históricos marcam a nossa cronologia sociológica, mas sendo específico para LGBTQIA+ os períodos históricos sempre foram cruéis, escondidos as margens da sociedade e quando descobertos feitos de escória, perseguidos e mortos. Um desses períodos foi o nazismo, onde as violações

aos direitos da vida humana foram extremamente violados onde pessoas que LGBTQIA+ eram submetidas a torturas como forma de "correção" que iam de lobotomias a estupros, tudo feito "dentro da lei" e com validação de cientistas. que afirmavam que essas pessoas eram doentes.

Cientistas que até pouco tempo continuam a considerar homossexualidade (antes denominada homossexualismo, onde o sufixo ismo denota doença) era uma doença mental, o que deixou de ser considerado segundo a Organização Mundial de Saúde (2016, p. 2).

No dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde excluiu a questão da opção sexual, adotada como um caso de saúde pública e investigada inúmeras vezes por cientistas como distúrbio mental, da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde por distinguir que a homossexualidade é uma orientação tão sadia quanto a heterossexualidade.

É perceptível que esse é um dos poucos momentos que a ciência e religião seguem de "mãos dadas" em prol de um único fim, taxar pessoas LGBTQIA+ como erradas perante a hegemonia heterossexual, doentes, demonizadas, marginalizadas e não merecedoras de estar em sociedade.

Mas uma das palavras que definem pessoas LGBTQIA+ é resistência, resistir em uma sociedade que os demoniza de maneira persistente e temporal não é fácil, daí então começam a surgir símbolos de resistência e lutas na defesa de estarem vivos(as).

Uma delas e uma das mais importantes também foi A Rebelião de Stonewall , como até os anos 60 era ilegal relação de pessoas do mesmo sexo em Nova Iorque, desde beijo, carícias e se expressar era contra lei, até mesmo a venda de bebidas para pessoas LGBTQIA+ essas pessoas procuravam refúgios para serem elas mesmas, alguns bares eram esses refúgios e Stonewall era um desses refúgios, mas em uma inspeção policiais a violência foi usada de maneira exagerada com agressão e 13 pessoas, cansados dessa perseguição e força bruta nasce em 28 de junho de 1969 a rebelião de Stonewall onde o historiador David Carter afirma que “esses exemplares de um novo tipo de organização gay, inspirados pelo espírito militante dos motins que os forjaram, logo inspiraram milhares de gays e lésbicas através de todo o

país e em última instância de todo o mundo — a juntarem-se ao movimento pelos direitos civis e humanos para os LGBTs”.

Um ano depois pessoas marcham no mesmo local, pessoas da comunidade resistindo e mesmo sem saber criando a primeira parada LGBTQIA+ dos Estados Unidos moldando narrativas em todo o mundo, claro que é importante frisar que cada lugar tem suas próprias narrativas, perspectivas, contextos, leis e sociedades diferentes, mas movimentos assim criam a sede de resistência e justiça que muitos anseiam.

No Brasil a comunidade LGBTQIA+ começa a dar as caras como resistência perante e contra o sistema no período da ditadura militar, uma das épocas mais sombrias do país, tivemos atos parecidos aos do EUA, onde foram de extrema importância a distribuição de periódicos alertando sobre agressões sofridas pela comunidade e questões da sociedade.

Dois que se destacaram foram o Lampião de Esquina e ChanacomChana o primeiro fundado em 1978 por gays e o segundo fundado em 1981 por lésbicas, o ChanacomChana era comercializado no Ferro's Bar que era majoritariamente frequentado por lésbicas, essa comercialização não era aprovada pelos donos do bar, o que fez eles expulsarem as mulheres do bar por volta da data de 1983.

O que nos remete a Stonewall, que teve um começo parecido para toda a revolta perante a injustiça, e no Ferro's Bar não foi diferente, feministas ativistas lésbicas se reuniram em frente ao bar para protestar, fazendo assim um ato político que resultou na retomada da publicação do periódico e que mais a frente nessa mesma data se tornou um dia de resistência também, dia do orgulho lésbico no estado de São Paulo, mais precisamente dia 19 de agosto.

A década de 1980 traz mais uma grande luta para a comunidade, o vírus incurável que veio como uma epidemia, o HIV/AIDS, vírus esse que estigmatizou a comunidade e que estigmatiza até hoje, na época e com resquícios disso até hoje foi considerada a "doença gay" que levou dessa vida muitas pessoas da comunidade.

Até hoje o vírus é incurável, porém muitas pessoas vivem normalmente com o vírus, muitas vezes ao ponto de ficar indetectável no corpo, isso com todo estudo e avanço de diversos(as) cientistas pelo mundo para a cura ou

paliativos para pessoas viverem sem danos a sua vida e saúde, com cuidado e acompanhamento é sim possível viver com a doença. Mas junto com a ciência também teve muita luta para a desestigmatização e dissociação da doença com a comunidade LGBTQIA+ já que ela também infectava pessoas heterossexuais por pura desinformação e achismos de que essa doença não pegava em pessoas heterossexuais.

No Brasil e no mundo muitas personalidades da mídia morreram por complicações que a doença deixava suscetível a ter, pessoas essas ligadas a comunidade LGBTQIA+, em específico no Brasil, um dos artistas que teve toda a repercussão e abertura para debates por revelar seu diagnóstico, foi Cazuzu, tanto em vida lutando contra a doença o que possibilitou que muita gente se identificasse e debatesse sobre o assunto que era um grande tabu na época onde o preconceito também era muito maior.

Depois da sua morte decorrente de um choque séptico causado pela AIDS sua mãe continuou na luta pelas pessoas que viviam com a doença com a criação da Sociedade Viva Cazuzu, organização que amparava crianças e adolescentes que viviam com HIV.

Vale lembrar que atualmente no dia 1 de dezembro é celebrado o dia Mundial de combate à AIDS que tem por finalidade o alerta e a conscientização constante sobre a doença

A luta por dignidade e direitos da comunidade LGBTQIA+ segue juntamente com a história da humanidade e mesmo com toda demonização, desinformação, estigmatização a resistência continua, mesmo com todos os direitos alcançados ainda falta muito para a equiparação da vida de uma pessoa LGBTQIA+ para com o restante da sociedade heterossexual.

Vale ressaltar que mesmo dentro da própria comunidade, enquanto Gays, Lésbicas avançam (de forma gradativa), mulheres e homens transexuais e travestis ainda percorrem um árduo caminho para serem inseridos(as) em sociedade, fadados ao trabalho como trabalhadoras sexuais, marginalizados sendo perseguidas e mortas por puro preconceito e aversão ao diferente, com uma expectativa de vida em torno de 35 anos de idade aqui no Brasil.

Segundo o site G1 (2022, p. 1) "não há um dado oficial sobre o tema, a pesquisa é feita a partir de informações encontradas em órgãos públicos,

organizações não-governamentais, reportagens e relatos de pessoas próximas das vítimas."

De acordo o mesmo site (G1) Pelo 13º ano, o Brasil continuou sendo o país onde mais se mata essa população, seguido pelo México e os Estados Unidos, de acordo com a ONG Transgender Europe (TGEU, na sigla em inglês), que reportou 375 assassinatos em todo o mundo no ano passado (2021).

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. De forma contraditória, é o lugar onde mais se consome pornografia deste grupo. A estimativa é de que a cada 48 horas uma pessoa trans seja assassinada por aqui. A idade média da vítima é de 27,7 anos. E é na prostituição que se encontra a maioria esmagadora das vítimas: 70% dos assassinados foram direcionados àquelas que são profissionais do sexo. 55% deles aconteceram nas ruas.

Então são camadas por cima de camadas em realidades diferentes mas que fazem parte de uma mesma comunidade, ou seja, para além da sociedade heteronormativa e dita como a comum e tradicional que se faz tão restrita e preconceituosa para a inclusão de pessoas diversas ainda se faz presente na comunidade LGBTQIA+ pessoas ainda mais marginalizadas que possuem mais dificuldades de serem inseridas em sociedade, logo demandam olhares diferentes sem ser nos moldes tradicionais e conservadores que tragam um norte para ser seguido e acolhimento necessário.

3 A DIVERSIDADE SEXUAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA

O Serviço Social nasce com um viés conservador de mulheres da alta sociedade que faziam caridade apenas como *hobbie* e para agradar ao Deus que acreditavam com medo de punições com a premissa de ajudar o próximo, hoje o Serviço Social é uma profissão de nível superior regulamentada pela Lei 8.662/1993.

Segundo José Filho (2002, p. 56):

O Serviço Social atua na área das relações sociais, mas sua especificidade deve ser buscada nos objetivos profissionais tendo estes que serem adequadamente formulados guardando estreita relação com objeto. Essa formulação dos objetivos garante-nos, em parte, a especificidade de uma profissão. Em consequência, um corpo de conhecimentos teóricos, método de investigação e intervenção e um sistema de valores e concepções ideológicas conformariam a especificidade e integridade de uma profissão. O Serviço Social é uma prática, um processo de atuação que se alimenta por uma teoria e volta à prática para transformá-la, um contínuo ir e vir iniciado na prática dos homens face aos desafios de sua realidade. O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Por estar diretamente ligado no enfrentamento mesmo que por meio das políticas sociais e aplicação das mesmas, sendo para setores privados ou públicos logo também tem ligação de alguma forma com movimentos sociais da sociedade em sua temporalidade, sendo assim em alguma hora do seu fazer profissional terá contato com pessoas da comunidade LGBTQIA+.

Segundo Prata (2008) afirma que o/a assistente social que atua no processo relacionado ao preconceito e discriminações contra LGBT deve, em primeiro lugar, agir de maneira imediata buscando atender as demandas urgentes. Em segundo lugar, é necessário o rompimento com as ordens morais impostas pela sociedade, possibilitando o desejo pela emancipação, construção de cidadania e fuga da subalternidade, levando em consideração as particularidades de todos.

E por isso é muito importante desde a formação do profissional do Serviço Social, ou de qualquer outro profissional, pois pessoas LGBTQIA+ tem demandas iguais a todos, porém possuem especificidades diferentes por suas histórias, lutas, provações diferentes das cotidianas vividas por pessoas heterossexuais que nascem em uma sociedade em que são favorecidas diante de pessoas LGBTQIA+ que são marginalizadas desde sempre no momento que se assumem ou até mesmo na sua vida "dentro do armário" (expressão usada para pessoas LGBTQIA+ que escondem que fazem parte dessa comunidade).

Ademais ter em mente esses aspectos faz com que essa pessoa que de alguma forma chega ao Assistente Social se sinta acolhida e entendida, já que quando você é atendido por alguém, que aqui estaremos falando do Assistente Social em específico, e esse profissional entende do que o usuário está querendo passar para além dos trâmites técnicos esse usuário se sente acolhido e entendido, fazendo assim com que todo o processo de análise desse usuário flua e que as demandas sejam atendidas na medida do que está posto para o profissional em sua relativa autonomia.

O Serviço Social em relação a diversidade sexual ainda está caminhando, mesmo que esteja atrasado nessa questão, está avançando mesmo assim segundo Duarte (2014, p. 77):

O debate sobre sexualidades aparece pela primeira vez no Serviço Social em 1986, ano de aprovação do quarto Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais de 1986. O debate foi promovido no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) realizado na cidade do Rio de Janeiro, tendo como sujeitos impulsionadores o movimento estudantil da época, composto pelos/as graduandos/as do curso de Serviço Social, dentre eles, alguns estudantes gays e lésbicas. Esses temas estiveram presentes em vários eventos da categoria profissional, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e na formação de um grupo de trabalho e pesquisa (GTP), denominado Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Muito se fala durante o curso de Serviço Social sobre as diversas questões sociais e suas expressões de gênero a raça, sobre a condição de envelhecimento, sobre a infância, sobre as políticas sociais, mas muito pouco é

falado sobre a diversidade sexual. Se todo curso universitário é uma preparação para a vida para além dos muros da universidade, nesse sentido o Serviço Social poderia abordar ou compreender mais as diversidades tratadas e vividas pelo público LGBTQIA+,

Segundo Marcelino (2015) isto ainda acontece pelo fato de que a diversidade sexual e de gênero se faz presente de maneira carente nos discursos acadêmicos e poucas são as universidades que incluem tal temática na formação destes profissionais.

Uma pesquisa realizada que levantou dados referentes a alunos do primeiro ao oitavo semestre de uma instituição de nível superior na cidade de Itabuna, Bahia, sobre suas concepções acerca da homossexualidade e os direitos LGBT constatou que:

existe um índice alto de estudantes contrários à homossexualidade e aos assuntos relacionados, como a união homoafetiva e adoção de crianças e/ou adolescentes, além dos demais direitos. Dentre os pesquisados, 40% negam os direitos já conquistados pela população LGBT, demonstrando um perfil conservador e discriminatório (ROSÁRIO, 2015, p. 2).

Claro que nem tudo são retrocessos, e mesmo que tenhamos poucos debates sobre a temática a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social dentre alguns outros grupos temáticos de pesquisa (GTP), um voltado para sexualidade, dando ênfase a essa especificidade no Serviço Social que merece atenção, esse (GTP) é chamando de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades onde sua ementa consta a seguinte denominação:

Sexualidades hegemônicas e dissidentes e a multiplicidade das expressões de feminilidade e masculinidade presentes no escopo das relações sociais. Historicidade da sexualidade e das identidades de gênero e a produção das desigualdades sociais. Interseccionalidade, consubstancialidade, co-extensividade e outras perspectivas integradoras das múltiplas desigualdades e opressões existentes na sociedade. Movimentos e lutas sociais articulados em torno da sexualidade e expressão de gênero. Direitos sexuais e direito à expressão de gênero como direitos humanos. Políticas sexuais, com ênfase nas políticas públicas de enfrentamento das desigualdades relacionadas à sexualidade e à expressão de gênero. Relações entre sexualidade e identidades de gênero e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais. (ABEPSS, 2022, p. 1)

Claro que ainda estamos longe de um debate hegemônico entre a profissão e os cursos de Serviço Social no Brasil, mas precisa-se partir de algum ponto até um debate mais abrangente.

Segundo Silva (2015), a homofobia é um fenômeno psicológico e social e para combatê-la são necessários instrumentos de atuação profissional capazes de trabalhar os sujeitos em sua totalidade. Reconhecemos as importantes iniciativas da profissão frente as demandas postas por LGBT, ao mesmo tempo em que observamos um retrocesso conservador enraizado no seio da categoria profissional. Tais situações refletem diretamente na prática dos profissionais de Serviço Social, seja voltada para a formação dos profissionais, omitindo ou sendo indiferente ao tema da sexualidade humana e homofobia, seja diante de sua atuação profissional, sendo insensível a viabilização dos direitos desta população ou reforçando preconceitos.

Por isso a importância da temática da diversidade sexual estar inserida desde o começo do curso de Serviço Social já que esse contexto tão diverso sempre estará presente na profissão em qualquer que seja a área atuante desse Assistente Social.

Segundo Menezes e Silva (2017) no artigo Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador que “É preciso resistir à postura de submissão diante deste contexto e entender todas as potencialidades do Serviço Social como profissão capacitada para trabalhar com o público LGBT. A profissão possui um arsenal de competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa capaz de oferecer um atendimento e acompanhamento a esse público, de forma a atuar não apenas com estes sujeitos, mas com sua família, comunidade e sociedade em geral, uma vez que a homofobia é uma das expressões da questão social que perpassa por todos estes sujeitos e órgãos, demandando uma atuação profissional capaz de os alcançarem.

3.1 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA

Neste tópico falaremos sobre o curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, um curso relativamente novo na Universidade mas que é

muito bem avaliado pelo Ministério da Educação (MEC) como também carrega muita luta e história no enfrentamento ao sistema que no governo atual mais precariza a profissão na retirada de direitos diversos tanto do Assistente Social, como dos cidadãos brasileiros.

O curso de graduação em Serviço Social da UFBA foi reconhecido pelo Ministério da Educação com nota 5 - a nota máxima na escala usada para avaliar a qualidade dos cursos de graduação no Brasil. Sediado no Instituto de Psicologia, no campus de São Lázaro, o curso de Serviço Social começou a ser oferecido pela UFBA em 2009, formou a primeira turma em 2013 e, desde então, já diplomou 417 bacharéis em Serviço Social.

O curso de Serviço Social hoje é composto por 19 professoras efetivas em que 17 delas são doutoras e 2 mestres que estão em processo de doutoramento.

O curso de Serviço Social atualmente conta com um total de 444 alunos ativos, entretanto, no semestre 2022.1 apenas 323 foram inscritos em componentes curriculares. O ingresso dos estudantes no curso de Serviço Social se dá a partir do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e de editais específicos da UFBA (vagas residuais e reserva de vagas para alunos quilombolas, aldeados, refugiados e trans). Há, segundo a coordenação do Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, no curso um perfil diversificado de estudantes (optantes por ampla concorrência, optantes por cotas de raça e renda, quilombolas, aldeados, imigrantes, trans e pessoas com deficiência).

A matriz curricular do curso de Serviço Social conta com disciplinas de outros departamentos da UFBA, a saber:

- a) Letras Vernáculas, que oferta a disciplina obrigatória LETA09 – Oficina de Leitura e Produção de Textos;
- b) Filosofia, que oferta uma disciplina obrigatória FCH001 – Introdução à Filosofia e uma disciplina optativa FCH004 – Ética I;
- c) Ciência Política, oferta duas disciplinas obrigatórias: FCHF17 – Estado, Política e Sociedade e FCH243 – Curso Monográfico em Ciência Política;
- d) Sociologia, que oferta duas disciplinas obrigatórias: FCH265 – Sociologia da Desigualdade Social e FCH183 – Formação da Sociedade Brasileira;

e) Direito, oferta a disciplina obrigatória DIR164 – Legislação Social e Direito do Trabalho;

f) Estatística, oferta a disciplina obrigatória MAT021 Estatística IB;

g) Psicologia, oferta três disciplinas obrigatórias: IPSB94 – Saúde e trabalho, IPSB80 – Psicologia social e IPSC35 – Psicologia e Saúde.

As disciplinas obrigatórias da matriz curricular do curso de Serviço Social da UFBA que são ofertadas pelo próprio curso de Serviço Social são:

Tabela 1: Disciplinas obrigatórias ofertadas pelo curso de Serviço Social por semestre

SEMESTRE	DISCIPLINAS
1º SEMESTRE	IPSB68 - Introdução ao Serviço Social
	IPSB82 - O Serviço Social e a Questão social
2º SEMESTRE	IPSB78 - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I
	IPSB69 - Conhecimento Científico e Vida Social IPSC09 - Diversidade de Gênero Raça/Etnia no Contexto dos Direitos Humanos
	IPSB81 - Trabalho e Sociabilidade
3º SEMESTRE	IPSB79 - Serviço Social e Processos de Trabalho I
	IPSB83 - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II
	IPSB86 - Política Social
	IPSB95 – Ética Profissional
	IPSB90 - Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor
4º SEMESTRE	IPSB84 - Serviço Social e Processos de Trabalho II
	IPSB87 - Pesquisa e Serviço Social I
	IPSB91 – Política social e questão social no Brasil
	IPSB89 – Oficina de Análise do trabalho profissional
5º SEMESTRE	IPSB92 - Pesquisa e Serviço Social II
	IPSB93 – Oficina de planejamento do trabalho profissional
	IPSB96 – Estágio Supervisionado em Serviço Social I
6º SEMESTRE	IPSC02 – Estágio Supervisionado em Serviço Social II
	IPSC01 – Gestão e Serviço Social
	IPSC03 – Trabalho profissional e política de assistência social e previdência
	IPSB99 – Trabalho profissional e política de saúde

	IPSB98 – Oficina de abordagens e técnicas do trabalho profissional
7º SEMESTRE	IPSC07 – Estágio Supervisionado em Serviço Social III
	IPSC04 - Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social III
	IPSC05 – Orientação de monografia I
8º SEMESTRE	IPSC08 – Orientação de monografia II

Fonte: Elaboração própria, 2022.

É válido ressaltar que algumas disciplinas são ofertadas com códigos diferentes, porém aproveitadas mediante abertura de processo de aproveitamento de matéria feito com o colegiado do curso responsável por aproveitar essas matérias que são incluídas em seu histórico de componente de matérias cursadas.

3.2 A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFBA

Neste tópico serão analisadas as disciplinas que apresentam de alguma forma a discussão do tema da diversidade sexual.

Uma das disciplinas que mais se aproxima dessa temática na questão de discussões debates e conceitos é IPSC09 – Diversidade de gênero, raça, etnia no contexto dos Direitos Humanos. Nesta disciplina é feito um apanhado das temáticas pertinentes à questão social, sua gênese, conceitos, história até a atualidade como também se apresenta segundo o Serviço Social, em sua ementa é exemplificado que “Conceitos fundamentais: igualdade, diferença, equidade e diversidade. O conceito de interseccionalidades e a lógica da articulação dinâmica de hierarquias sociais. Sexo, gênero e sexismo. Raça, cor, racismo e etnicidade. Idade e geração: sua importância teórica e política. Compreensão de caráter estrutural das relações de gênero, raça/etnia e idade/geração, suas complexas interconexões com as desigualdades de classe. O significado da perspectiva da equidade para o Serviço Social nas dimensões analítica e interventiva, com ênfase nas políticas sociais.”

A amplitude das temáticas postas na ementa da disciplina acima revela a necessidade de novas disciplinas específicas que abordem o tema da diversidade sexual bem como outros temas relacionados às opressões.

Os dados são da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e mostram ainda que, em média, pessoas desse grupo são expulsas de casa pelos pais aos 13 anos. Informações do Projeto Além do Arco-Íris/ AfroReggae apontam que apenas 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental.”

Vale ressaltar que não vale apenas dar possibilidades de inserção desse público as universidades, é também necessário que o outro público heterossexual e privilegiado nessa sociedade patriarcal que temos tenham a noção de como lidar e respeitar pessoas da comunidade LGBTQIA+.

A disciplina IPSB82 - o Serviço Social e a Questão Social em sua ementa aborda que "A produção e reprodução da questão social no Brasil. A pobreza e seus desdobramentos sócio-políticos em suas expressões particulares no Brasil e na Bahia: distribuição da riqueza, condições de vida e trabalho, lutas e movimentos sociais. Indicadores sócio-eonômicos e demográficos." A disciplina dialoga com o tema da diversidade sexual mesmo que não explicita e exclusivamente sobre e um dos principais focos de pesquisa e instrumentos de pesquisa do curso de Serviço Social, a questão social e seus desdobramentos em sociedade, juntamente com seu conceito e exemplificações na sociedade desigual.

A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), norteando o estágio supervisionado em Serviço Social, evoluindo para uma maior qualidade do curso na imersão do estudante de serviço social em que a prática se une a teoria para a obtenção de um curso amplamente atrelado ao teórico prático e metodológico.

Os parâmetros do estágio supervisionado segundo a PNE são define parâmetros para o número de alunos por supervisor acadêmico, elucida questões sobre o estágio obrigatório e não obrigatório, define as atribuições de cada sujeito envolvido no processo de estágio, incentiva a construção dos Fóruns de Supervisão e aponta estratégias para a construção das Políticas de Estágio nas Unidades de Formação Acadêmicas. (ABEPSS, 1996, p. 6).

Vale evidenciar que atrelado ao campo temos também o âmbito acadêmico, logo temos supervisão de campo e supervisão acadêmica para que

todos os questionamentos presentes no campo se encontrem na academia para a indagação ter embasamento teórico e o próprio estudante crie uma análise crítica daquilo que está vivenciando e logo com a troca de vivências com colegas de classe que também trazem suas indagações.

O estágio supervisionado teve importante papel para os parâmetros e inspirações deste TCC, pois é no estágio supervisionado que o futuro assistente social tem a vivência da teoria que é apresentada na sala de aula, onde as questões sociais se apresentam, vale ressaltar que as questões sociais já são vivenciados por alunos e alunas de serviço social, já que estão intrínsecas na sociedade, porém não se é percebido suas nuances, a teoria ajuda na percepção desses alunos questões que trazem e vivem do dia a dia, e no estágio supervisionado como dito anteriormente as questões sociais são postas para esses alunos.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) por exemplo, são divididos em três partes, ou seja, três componentes curriculares de estágio supervisionado, estágio supervisionado em serviço social I, estágio supervisionado em serviço social II, estágio supervisionado em serviço social III que respectivamente em suas ementas constam que:

Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à inserção no campo de estágio: referências éticas, jurídicas e normativas. Processos e relações de trabalho pertinentes à dinâmica institucional e ao trabalho do(s) assistente(s) social(is). Projeto de estudo/investigação para subsidiar a elaboração do projeto de ação profissional. (Estágio Supervisionado em Serviço Social I).

Elaboração do projeto de ação profissional: a construção do(s) objetos da ação, definição de objetivos, estratégias de ação e instrumentos e meios. Avaliação da viabilidade. Reflexão crítica sobre a experiência de estágio com ênfase na unidade teoria e ação. (Estágio Supervisionado em Serviço Social II).

Análise crítica do processo de operacionalização do projeto de ação profissional, com ênfase na avaliação e sistematização da experiência de estágio. (Estágio Supervisionado em Serviço Social III)

O Estágio Supervisionado em Serviço Social I consiste na imersão dos estudantes no campo de estágio, além disso, se faz uma discussão dos conceitos fundamentais acerca da ética profissional. Neste primeiro momento a observação da rotina institucional e do trabalho profissional do assistente social

é essencial, pois o produto exigido nesta etapa é a caracterização do campo de estágio.

No Estágio Supervisionado em Serviço Social II o estudante passa do plano da observação para a reflexão, ou seja, as observações feitas na primeira parte do estágio começam a trazer indagações para serem pensadas e solucionadas, de acordo com a visão do futuro assistente social. O produto final desta etapa do estágio é a elaboração de um projeto de intervenção tendo como foco um problema identificado pelo próprio estudante como sendo factível de ser trabalhado com uma ação profissional.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social III consiste na síntese de tudo que foi aprendido e apreendido no estágio. Nesta etapa, o estudante desenvolve seu projeto de intervenção, elaborado no semestre anterior, oriundo de uma situação problema em que se propõe uma solução ser colocada em prática e em seguida é apresentado como produto deste componente curricular um relatório final do estágio com reflexões acerca de todo o processo de estágio.

É na vivência do campo de estágio com o campo acadêmico que surgem as indagações e debates a cerca da diversidade sexual, já que a diversidade sexual é posta para o estagiário no seu dia a dia. No campo de estágio em diferentes áreas e na hora da discussão entre discentes e docente desse componente curricular que é observado através de dúvidas e diferentes formas de pensar sobre a temática como também nas disciplinas que de alguma forma tem ligação com diversidade sexual. Assim, o estágio é um espaço privilegiado para a discussão da diversidade sexual, de acordo com suas vivências os discentes levam para sala de aula.

O TCC é outro componente curricular de extrema relevância para o curso de Serviço Social e que também aparece e dialoga com a temática da diversidade sexual. O TCC segundo a ABEPSS

é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos.

Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. (ABEPSS, 1996, p. 10).

Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora.

O TCC no curso de Serviço Social da UFBA está normatizado pelo regulamento de TCC aprovado em reunião do Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social que define que, “o Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório do Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia”. (IPS, 2022, p. 1).

De acordo com o referido Regulamento, o TCC “constitui-se em uma atividade acadêmica que envolve tanto a pesquisa, como a sistematização e análise do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à área de conhecimento do Serviço Social ou áreas afins”.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária total é de 68 horas, será cumprido nas atividades intituladas respectivamente Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, cada uma com a carga horária de 34 horas.

Os estudantes do curso de serviço Social da UFBA, no momento da elaboração do TCC, devem expressar a totalidade da formação profissional, sistematizando o conhecimento resultante de indagações, preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio.

Considera-se de extrema importância que a temática da diversidade sexual, e em especial, a discussão sobre a população LGBTQIA+ como discorrem Menezes e Silva (2017, p. 20)

É preciso instigar pesquisas sobre diversidade sexual e gênero, analisando todos os sujeitos envolvidos nesse processo, além da grande importância de formações e/ou capacitações continuadas nos diversos ambientes de atuação profissional dos assistentes sociais, auxiliando na quebra de tabus e estereótipos negativos advindos muitas vezes da ausência do conhecimento e/ou proximidade com esse debate. É precioso reconhecer os direitos da população LGBT e aprovar resoluções e princípios ético-profissionais, assim como estar presente em campanhas e eventos diversos que busquem o reconhecimento e respeito pelas formas de amor que diferem da heterossexual. É necessário repensar a prática interventiva e avaliar quais suas contribuições para a população LGBT para, a partir disso, continuar pautando novas posturas fundamentadas no reconhecimento e no respeito à diversidade sexual e de gênero.

De acordo com o Livro Ata dos TCCs defendidos pelos (as) estudantes do curso de Serviço Social da UFBA, no período 2012.2 até 2021.2 foram

defendidos um total de 390 TCCs, sendo 22 TCCs defendidos de forma coletiva (21 em dupla e apenas 1 TCC foi escrito por um grupo de três alunos) e 368 TCCs individuais. Deste quantitativo apenas 8 TCCs de alguma forma citam ou tem enfoque sobre o tema da diversidade sexual, dos 8 apenas 3 estão com acesso de forma online para serem analisados, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 2: TCC com tema da diversidade sexual no curso de Serviço Social da UFBA

ESTUDANTE	TÍTULO	ORIENTADORA	SEMESTRE
Gabriele Góes da Silva	A violência de gênero contra a comunidade LGBT na UFBA	Márcia Tavares	2016.1
Géssica Nogueira Silveira	Os “novos” arranjos familiares: a união de casais homossexuais, residentes na cidade de Salvador (BA)	Angela Ernestina C. de Brito	2016.2
Roberta Pedreira de Oliveira	A adoção por homossexuais em Salvador: contribuições para o debate	Jacqueline Samagaia	2016.2
Gilmara Silva de Oliveira	Transfobia, racismo e suas implicações na saúde de pessoas transexuais e negras: transgressão do pensar a partir do âmbito do SUS	Valéria S. Noronha	2018.2
Dirce Meire Neves Novais de Souza	Lesbianidades e velhice: diferentes invisibilidades	Marina da Cruz Silva	2019.2
Raymundo Pereira de Oliveira Filho	Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado: A diversidade sexual e de gênero em análise	Samira Safadi Bastos	2019.2
Fernanda da Silva Borges	Visibilidade e orgulho: um estudo de caso sobre grupo de dissidência sexual e de gênero das residências na UFBA	Samira Safadi Bastos	2019.2
Nayane Nepomuceno da Cruz	As modificações no urbano e sua interferência nas sociabilidades. Narrativas e trajetórias LGBT'S em Salvador	Josimara A. Delgado Baour	2019.2

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Dos 9 TCCs que discutem o tema da diversidade sexual no curso de Serviço Social foi possível ter acesso apenas a três trabalhos de conclusão de curso que estão disponíveis para leitura, são eles: 1] Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado: A diversidade

sexual e de gênero em análise, de autoria de Raymundo Pereira de Oliveira Filho; 2] Visibilidade e orgulho: um estudo de caso sobre grupo de dissidência sexual e de gênero das residências na UFBA de autoria de Fernanda da Silva Borges; e, 3] Transfobia, racismo e suas implicações na saúde de pessoas transexuais e negras: transgressão do pensar a partir do âmbito do SUS de autoria de Gilmara Silva de Oliveira.

O TCC de Raymundo Pereira de Oliveira Filho trata sobre o cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado por adolescentes LGBT+ que aborda os desrespeitos de uma sociedade patriarcal e preconceituosa com enfoque em adolescentes que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ em específico transgêneros e travestis. Em seu resumo é abordado que:

O presente texto monográfico tem por objetivo analisar o cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado por adolescentes LGBT+, notadamente os transgêneros e as travestis. Busca-se trazer uma abordagem histórica da legislação protetiva para crianças e adolescentes e compreender o processo de atendimento dessas pessoas que são, não raramente, e em vários espaços da vida em sociedade, vítimas de preconceito e discriminação pela sociedade patriarcal, que exclui e violenta aqueles que se insurgem e ultrapassam as fronteiras de sexualidade e gênero impostas pela sociedade cis-heteronormativa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que utilizou como suporte a análise da historicidade considerando os objetivos delimitados para esta pesquisa. Os resultados obtidos apontam para uma situação de preconceito, desrespeito de direitos, em grande medida pela insuficiência de pessoal e/ou deficiência na estrutura e na formação de mão de obra.

Já Fernanda da Silva Borges busca evidenciar a importância da diversidade sexual com enfoque vindo da residência universitária da Universidade Federal da Bahia segundo as pessoas que ali residem e suas experiências, em seu resumo ela busca:

Refletir sobre a importância dos temas de diversidade sexual e de gênero sob a perspectiva de um grupo que nasce no âmbito de uma residência universitária de uma universidade federal, é debruçar sobre questões que no contexto da sociedade brasileira tem sido de muito embate político, moral e social. As experiências desses indivíduos em uma sociedade fortemente marcada pelo patriarcalismo que desdobra em opressões que atravessam suas condições de existência sedimentam as lutas de resistência de forma política e cultural. Nesse sentido este trabalho tem como objetivo geral contribuir para ampliar a visibilidade de movimentos sociais de luta, neste caso, especificamente sobre a trajetória do grupo social GDR. Em vista disso, foram utilizados os objetivos específicos: analisar as determinações sócias históricas, a contribuição do Serviço Social para a aproximação da temática de diversidade sexual e de gênero dentro da categoria, bem como a trajetória do GDR a partir do enfoque na sua luta de resistência às opressões de gênero e diversidade sexual. A metodologia utilizada foi a pesquisa

bibliográfica e estudo de caso, que pretende aprofundar o surgimento e forma de militância com viés cultural e político através de suas ações e experiências integrantes do GDR com o intuito de historicizar a partir de suas próprias narrativas.

Gilmara Silva de Oliveira aborda em seu TCC as dificuldades de pessoas LGBTQIA+ no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) com recorte de raça e gênero e enfoque em mulheres transexuais negras. Em seu resumo ela aborda que:

Este trabalho tem como propósito refletir sobre o acesso e a utilização dos serviços de saúde, no âmbito do SUS, por mulheres transexuais autodeclaradas negras, compreendendo os atos de transfobia, racismo e sexismo como principais implicadores para a saúde desse segmento social. Interessa contribuir para visibilidade das especificidades das mulheres transexuais, sobretudo, no tocante às demandas de saúde, na perspectiva da articulação integrada com as demais políticas públicas, bem como contribuir para viabilizar o rompimento de paradigmas inerentes à sociedade heteronormativa baseada nos padrões dominantes. Para tanto, na reflexão introdutória importa situar o leitor e a leitora quanto às razões e espaços de vivência motivadores para a discussão, bem como mencionar o percurso metodológico para a realização do trabalho. No segundo momento, aborda-se uma breve - visto a vasta literatura disponível -, contextualização histórica do ainda atual processo de luta da sociedade brasileira por uma Reforma Sanitária, demarcando o protagonismo da população LGBT e, em particular, a constante atuação das pessoas e movimentos sociais do segmento trans na reivindicação por implantação e implementação dos ambulatorios de transexualização no país. Com base em algumas contribuições teóricas, aborda-se categorias relevantes que sugerem a compreensão de saúde para além da doença, numa perspectiva de ampliação prática desse conceito, considerando os determinantes sociais em saúde e as intersecções sexualidade, gênero, raça e classe social como bases cruciais para a condição de vida e saúde da população trans, e, em particular, das mulheres transexuais e negras. Os passos que seguem abarcam os caminhos percorridos para efetivação da pesquisa qualitativa, que conta com entrevista semiestruturada realizada com duas sujeitas sociais: uma profissional de saúde, do âmbito da Gestão, visto sua trajetória profissional em um determinado período, voltada para a atenção à saúde também das mulheres trans, e uma mulher transexual, autodeclarada negra, com uma vasta história de militância, pautando as especificidades das questões/demandas que acometem sua saúde e de tantas outras mulheres trans representadas por ela. Realiza-se a reflexão da pesquisa, seguida de algumas considerações inconclusas, haja vista a dimensão e complexidade envolvidas. O resultado da pesquisa revela que apesar de alguns avanços como parte dos desdobramentos da luta constante da população LGBT, de um modo geral, e do protagonismo do segmento transexual, em particular, ainda há muito o que fazer para que o acesso aos serviços de saúde no âmbito do SUS seja efetivado em sua integralidade, dada as fortes manifestações dos crimes de transfobia e racismo, desde as relações interpessoais à violências institucionais.

Segundo Duarte (2009) ainda é escassa a produção sobre essa temática, deixando assim o tema em situação periférica com a pouca visibilidade para essa temática, enquanto outras temáticas gozam de várias teorias e ramificações, ele afirma que

[...] numa profissão majoritariamente feminina [a discussão da homossexualidade] poderia até contribuir para a questão do imaginário da mulher, mas isto implica correlações subjetivas e de identidade. O assunto acaba ficando, então, guardado no armário, e se dá prioridade a discussões macropolíticas sobre o Estado, a sociedade civil, violência, movimentos sociais etc. Do ponto de vista micropolítico, a categoria se esforça em ser progressista. Mas ainda tem um cerne muito conservador e, assim como a maioria da população, também discrimina, rotula, qualifica e hierarquiza os segmentos populacionais que atende (DUARTE, 2009, p. 9).

É importante também destacar que em sua síntese que aparece em seu artigo, os autores Menezes e Silva parafraseando Almeida (2009, p. 126) enfatizam que

O público LGBT presta um grande serviço à reflexão sobre a atuação do Serviço Social na contemporaneidade, uma vez que, mais do que outras profissões, demonstra a impossibilidade de dissociar as demandas relativas à base material, a infraestrutura, das relativas à superestrutura, a subjetividade, ideologia, estigmas, afinal: de que me adianta ter minhas necessidades básicas de vida supridas se ao passar pela rua sou agredido por ser gay?

O enfrentamento da homofobia ou qualquer de suas variantes pelo Serviço Social só se torna possível na medida em que for uma tarefa tomada coletivamente, como componente indissociável do Projeto Ético-Político da Profissão. As questões equivalentes à orientação sexual ou identidade de gênero dos sujeitos não podem ser desconsideradas como se fosse possível desassociá-las das demais, fragmentando a vida de LGBT como se a homofobia não fosse uma demanda que necessitasse de respostas e de intervenções profissionais.

Não se pode tratar questões do preconceito e discriminações à população LGBT como uma demanda que compete apenas a tais sujeitos, a seus familiares e amigos, mas como uma das expressões da questão social que precisa ser combatida por todos/as.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve reflexão busca fazer um apanhado cronológico e histórico de pessoas LGBTQIA+ que sofrem e tem seus direitos violados desde eras longínquas da história da humanidade, perseguidos(as), marginalizados(as), com seus direitos violados em uma sociedade extremamente preconceituosa, com morais cristãs que vão de encontro a liberdade e vida dessas pessoas.

A partir disso é feita uma exemplificação propondo uma visão mais ampla sobre o conceito de Diversidade Sexual desde sua gênese até a atualidade e todos os seus desdobramentos até então, mostrando o quão abrangente e amplo é o tema e que precisa ser mais debatido e que mais pessoas se debrucem sobre essa temática.

Dessa maneira parte-se da criação e todo conceito de Direitos Humanos que integram o que chamamos de Estado e Sociedade na qual somos inseridos para que cessem as perseguições antes “liberdades” contra pessoas LGBTQIA+ e que essas pessoas tenham o mínimo de direitos constitucionalmente legitimados e protegidos.

Pontua-se perante a população LGBTQIA+ suas conquistas, movimentos sociais na luta pela dignidade e seus estopins, tanto no exterior, quanto no Brasil, já que muitas revoluções tiveram de uma certa forma algo de inspiração para que pudessem colocar sua brasilidade nesse contexto de luta, mostrar também os nomes importantes para esse movimento, já que na maioria das vezes pessoas específicas tomam a frente para liderar e receber toda e qualquer consequência diante dessa luta para que hoje pessoas dessa comunidade LGBTQIA+ não passem mais e não precisem mais passar pelas mesmas situações que outrora foi passado e sofrido.

Mesmo nesse cenário de avanços, que funcionam muito bem no papel, ou seja, na teoria, mas infelizmente na prática muito ainda precisa ser feito para que a teoria avance uma prática efetiva, trazendo assim minimamente que essas pessoas deixem de ser mortas, agredidas e excluídas simplesmente por serem quem são.

Tendo em vista tudo que foi introduzido partimos para o cerne desse trabalho de conclusão de curso, onde o Serviço Social se enquadra e se insere nessa temática da diversidade e nessa perspectiva de curso inclusivo em uma Universidade Federal, já que em seu fazer profissional lida com essa demanda que é posta sobre a diversidade sexual.

Ademais para isso foi necessário compreender o Serviço Social como um todo com todas suas faces na sociedade no geral, mais macro para logo depois irmos para o micro e especificamente falar do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e como se insere na discussão da temática da Diversidade Sexual.

Para isso foi analisado a criação do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia e suas ramificações após isso, os desdobramentos do curso e seu projeto pedagógico atual, as disciplinas que fazem parte desse curso e que de alguma forma dialogam com o contexto da diversidade sexual e a importância da presença dessa temática no curso.

As disciplinas analisadas não tem o enfoque específico em diversidade sexual, elas se aproximam, mas não são focadas nessa temática em específico, e a que mais se aproxima é a disciplina IPSC09 – Diversidade de Gênero Raça/Etnia no Contexto dos Direitos Humanos.

Ao se tratar de alunos também é observado de que forma a Diversidade Sexual aparece na produção dos discentes em seus trabalhos de conclusão de curso (TCC) do período em que o curso se inicia até o presente é mínima, já que de 390 trabalhos de conclusão de curso, apenas 9 tratam da temática da diversidade sexual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as assistentes sociais. **Revista O social em questão**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 20, n. 9, p.117-141, jul./dez. 2009.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades. Disponível: <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-6/ementa-14>. Acesso em 23 jun. 2022.

ADELMAN, M. (2000). Paradoxos da identidade: A política de orientação sexual no século XX. **Revista de Sociologia e Política**, 14(14), 163-171.

FARO, J. P. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 124-129, abr. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHAUÍ, M. **Repressão Sexual**: essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COHEN, C. J. Punks, bulldaggers, and welfare queen: The radical potential of queer politics? in "Black Queer Studies". E. Patrick Johnson e Mae G. Henderson, eds. Duke UP, 2005.

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014.

ESKRIDGE, W. N., Jr. A history of same-sex marriage. **Virginia Law Review**, 79(7). 1993.

FACCHINI, T. Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil: avanços e desafios. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-e-de-genero-no-brasil-avancos-e>. Acesso em 26 jun. 2022.

FOUCAULT, M. (1993). **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. Ed. UNESP, São Paulo, 2004.

GDE, Mod. 2, Gênero, Um. 1 Texto 2, Gênero e outras formas de classificação, p. 3, Ministério da Educação, UFPA, 2009

GOMES, L. D. **O enfrentamento ao preconceito: o papel do serviço social junto ao movimento LGBT.** 2017. 29 f. Artigo (Graduação em Serviço Social) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas. 1987.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA. Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social. Disponível em: <https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/regulamento.pdf>. Acesso em 24 jun. 2022.

JOSÉ FILHO, P. M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania.** Franca: UNESP- FHDSS, 2002, 158 p. (Dissertações e Teses, n. 5).

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

LESSA, 2012, p. 16 - LESSA, Sérgio. Abaixo a família monogâmica. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000100122&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Mar. 2022.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PRATA, M. R. **A discriminação contra os homossexuais e os movimentos em defesa dos seus direitos.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal da Bahia. Histórico. Disponível em: <https://ppgss.ufba.br/historico>. Acesso em 22 jun. 2022.

ROSÁRIO, 2015, p. 2 ROSÁRIO, E. V. Formação em Serviço Social e a Práxis Acadêmica - Estudo de Caso dos Estudantes de Serviço Social na Unime frente à Diversidade Sexual. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2015.

SANTOS, S. M. M. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argumentum** [en linea]. 2017, 9(1), 8-20. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475555259012>. Acesso em 23 jun. 2022.

SILVA, A. K. L. S. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Rev. NUFEN**, São Paulo , v. 5, n. 1, p. 12-25, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 jun. 2022.

SILVA, L. L. Avaliação da Atuação do Serviço Social na ONG Movimento Gay Leões do Norte e Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia Leões do Norte. 2015. Disponível em: <http://arcus-ufpe.com/files/semcap10/semcap1017.pdf>. Acesso em 21 jun. 2022.